

**Intervenção da Presidente da Direcção da Associação
dos Magistrados da Jurisdição Administrativa e Fiscal de Portugal,
Juíza Conselheira Fernanda Martins Xavier e Nunes,
na sessão de abertura do Colóquio
«O DIREITO ADMINISTRATIVO PORTUGUÊS SOB A INFLUÊNCIA DO
DIREITO INTERNACIONAL, DO DIREITO EUROPEU E DOS DIREITOS
FUNDAMENTAIS»**

Evento organizado pela Associação e que teve lugar no auditório da Faculdade de Direito da
Universidade de Coimbra, em 18 de Novembro de 2011

Senhora Directora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, a quem me dirijo em primeiro lugar, na qualidade de nossa anfitriã, para a saudar e lhe agradecer a oportunidade que deu à Associação de realizar este Colóquio nesta magnífica Universidade, das mais antigas na Europa e no mundo e, no que respeita à Faculdade de Direito, das mais prestigiadas.

Quero também agradecer-lhe a sua presença nesta sessão de abertura e as amáveis palavras que nos acaba de dirigir, bem como o apoio prestado à organização do Colóquio e desejar-lhe o maior sucesso no exercício do cargo de Directora desta Faculdade em que foi, por reconhecido mérito, recentemente investida.

Devo ainda dizer-lhe que a Associação tem o maior gosto em debater com a academia as questões que envolvem a justiça e a aplicação do direito, em especial, as que respeitam à jurisdição administrativa e fiscal e, sobretudo, as que preocupam actualmente os cidadãos a quem o serviço de justiça se destina e, por isso, tem privilegiado esse debate que aqui hoje, em Coimbra, se irá, mais uma vez, realizar.

Bem haja.

Senhor Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, a quem saúdo com especial carinho, por não ver em si só o presidente, mas também o amigo e a quem desejo, igualmente, o maior sucesso no cargo em que foi recentemente empossado, suponho até que será o primeiro evento público em que comparece nessa qualidade, o que muito nos orgulha e lisonjeia.

Quero também aqui agradecer-lhe, publicamente, as gentis palavras com que também, publicamente, se referiu à Associação no seu discurso de posse e assegurar-lhe, que em tudo o que seja de interesse para a nossa jurisdição e não apenas no âmbito do protocolo de cooperação já existente, pode contar com a actual Direcção da Associação e penso que, em geral, com o empenho de todos os associados.

Senhor Presidente, atravessamos momentos muito difíceis para a justiça, como bem salientou no seu referido discurso, dificuldades que se reflectem, sobremaneira, no âmbito da nossa jurisdição, pelo descontentamento gerado com as recentes opções políticas e legislativas que afectam todos, mas sobretudo o sector público do Estado e se virão a concretizar em decisões de natureza administrativa e fiscal, o que, conjugado com os já numerosos processos pendentes e os que se advinha surgirão, designadamente face ao mais que previsível aumento do incumprimento de obrigações fiscais, irá acarretar, seguramente, um aumento de litigância nos tribunais desta jurisdição, numa altura em que os recursos disponíveis para dar oportuna resposta são escassos ou até já se esgotaram e as exigências, internas e externas, são muitas e com prazo certo e apertado.

Mas, senhor Presidente, é sobretudo nos tempos difíceis que se faz história, que se aguça o engenho na procura de soluções e a história demonstra que, nessa longa caminhada, pese embora os sobressaltos, se tem apostado, cada vez mais, na dignidade da pessoa humana e, conseqüentemente, numa melhor justiça. E é esse caminho que não podemos deixar de prosseguir.

Conte connosco.

Cumprimento agora todas as entidades convidadas aqui presentes, os senhores magistrados, associados e não associados e os senhores professores, com especial saudação para os ilustres oradores e moderadores que, prontamente, aceitaram o convite da Associação e nos vão dar a honra e o prazer de os ouvir sobre os temas propostos e de com eles reflectir um pouco, neste ambiente académico, onde nos revemos e gostamos sempre de visitar.

Minhas Senhores e meus senhores

É este o quarto Colóquio organizado pela actual Direcção da Associação dos Magistrados da Jurisdição Administrativa e Fiscal de Portugal, que faz hoje precisamente dois anos que foi empossada.

Vimos celebrar esse aniversário, aqui, em Coimbra.

O tema escolhido não é original e é propositadamente vago para que os ilustres oradores tenham a possibilidade de lhe darem o tratamento que entenderem conveniente, no âmbito de cada um dos painéis.

A escolha do tema tem a ver com a opção feita pela Direcção da Associação de trazer ao debate, em ambos os colóquios programados para este ano, questões actuais decorrentes da cada vez maior influência do direito internacional, do direito europeu e, naturalmente, dos direitos fundamentais, no nosso ordenamento jurídico e, no caso, no direito administrativo português.

Portanto, a escolha do tema pretendeu provocar uma reflexão sobre esta *nova* realidade do direito, *nova* na medida em que surge imposta de fora, por meio de acordos internacionais, regulamentos e directivas europeias e outros instrumentos que vinculam o Estado Português, independentemente da vontade do legislador nacional.

Nova também porque a maioria dos temas jurídicos propostos não eram, ainda há pouco mais de uma década, objecto de grande atenção a nível nacional, vieram trazidos pelo vento da globalização, desse modo, desassossegando uma paz jurídica que, pelo menos, aparentemente, reinava nos estados soberanos, em matéria administrativa e fiscal.

Os três painéis de hoje não traduzem, obviamente, toda a problemática que o tema do Colóquio pode suscitar, mas houve que seleccionar três campos de análise e a nossa opção foi para os campos da *contratação pública, do ambiente/urbanismo e dos direitos fundamentais*, que entendemos serem os mais representativos de tais influências externas, a nível do direito administrativo.

O campo dos direitos fundamentais atravessa todos os outros e, por isso, foi decidido colocá-lo no último painel.

Na verdade, os direitos fundamentais são um campo incontornável do direito em geral e do direito administrativo em especial e, pela sua extraordinária importância, não podia deixar de lhes ser atribuído um tratamento autónomo no âmbito deste Colóquio.

Quanto ao direito dos contratos públicos, do ambiente e do urbanismo interessam-nos especialmente, por serem direitos, diríamos, *emergentes*, de *terceira geração* e, portanto, pela sua actualidade e novidade.

Feita, sucintamente, a justificação da escolha temática, vou finalizar, porque há que cumprir o horário, com uma saudação e um agradecimento muito especial a todos os associados pelo interesse que têm demonstrado em participar nas iniciativas da Associação.

Quero também dizer a todos os magistrados da jurisdição, incluindo os que se encontram em fase de estágio e também aos futuros juízes, hoje ainda auditores de justiça, que a Associação conta convosco para atingir os objectivos a que se propôs e que são os de promover a divulgação e o aprofundamento do direito administrativo e fiscal e dos direitos fundamentais e de cidadania, mas também os de promover e dignificar a nossa jurisdição, para que dela todos nos possamos orgulhar.

Sejam bem vindos ao Colóquio.

Tem a palavra o senhor Presidente do Supremo Tribunal Administrativo.
